

## O PROCESSO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (RVCC) E A RELAÇÃO COM A ECONOMIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (RAM)

Maria Manuela Vieira Teixeira Pereira \*

**Resumo:** O presente artigo centra-se na problemática da relação entre a Educação, a Economia e as Políticas Públicas mais especificamente o Processo de Reconhecimento e a Validação das Aprendizagens Experienciais dos Adultos ao longo da vida, numa perspetiva Educativa/Formativa. Estas novas práticas pedagógicas, resultantes do processo de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências (RVCC), entrecorreram num período de mudanças muito significativo na dinâmica global da Sociedade. As diversas correntes do saber, desde os políticos e demais cientistas sociais, reconhecem o papel da educação no progresso social, na produção e criação de riqueza, na coesão, na justiça social, na equidade, na produtividade e no bem-estar social. O papel da educação encontra-se indelévelmente ligado ao ambiente histórico e económico de cada contexto, e, neste caso particular, aos Atores que não concluíram a *Escolaridade Básica Obrigatória* (3º Ciclo do Ensino Básico) e almejavam um Diploma que lhes pudesse permitir o acesso às habilitações básicas obrigatórias, exigidas pela sociedade atual, à qual estavam agregados.

A sociedade emergente define-se como sendo do “conhecimento” e promove a *Educação/Formação* como um dos seus principais motores. Através do Processo de RVCC, os Atores procuraram a sua certificação escolar ou profissional de modo a dar respostas às suas motivações *intrínsecas* e/ou *extrínsecas* face às exigências do mercado de trabalho e à ambição dos seus projetos pessoais.

**Palavras-Chave:** Educação/Formação de Adultos; Motivações, Individuação, Representações Sociais; Processo de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências.

---

\* CESNOVA- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. E-mail: manuela38ster@gmail.com

## **LE PROCESSUS DE RECONNAISSANCE, VALIDATION ET CERTIFICATION DES COMPÉTENCES (RVCC ) ET PAR RAPPORT À L'ÉDUCATION, À L'ÉCONOMIE ET AU TERRITOIRE - MADÈRE (RAM)**

**Résumé:** Cette communication met l'accent sur la question de la relation entre l'éducation, l'économie, et la reconnaissance et la validation des acquis de l'expérience des adultes tout au long de la vie, une perspective éducation / formation. Ces nouvelles pratiques pédagogiques, résultant du processus de reconnaissance, validation et certification des compétences (RVCC), ont eu lieu dans une période de changements importants dans la société globale dynamique. Les différents domaines de la connaissance des politiciens et d'autres spécialistes des sciences sociales reconnaissent le rôle de l'éducation dans le progrès social, la production et la création de richesse, la cohésion, la justice sociale, l'équité, la productivité et le bien-être. Le rôle de l'éducation est indélébile liée à l'environnement historique et économique de chaque contexte, et, dans ce cas particulier, les acteurs qui n'ont pas achevé leur scolarité obligatoire (troisième cycle de l'enseignement de base) et aspirait à un diplôme qui leur permet d'accéder à des exigences de qualifications de base, requis par la société actuelle, à laquelle ils sont agrégées. La nouvelle société est définie comme «de la connaissance» et promeut l'éducation/formation comme l'un de ses principaux moteurs. Grâce au processus RVCC, les acteurs recherchent leur certification ou une école professionnelle pour donner des réponses à leurs motivations intrinsèques et / ou extrinsèques et pour répondre aux exigences du marché du travail et l'ambition de leurs projets personnels.

**Mots-clés:** Education des adultes / formation, motivation, Individuation, les représentations sociales; processus de reconnaissance, validation et certification des compétences.

## **THE PROCESS OF RECOGNITION , VALIDATION AND CERTIFICATION OF COMPETENCES ( RVCC ) AND THE RELATIONSHIP WITH THE ECONOMY AND PUBLIC POLICY IN THE AUTONOMOUS REGION OF MADEIRA ( RAM)**

**Summary :** This article focuses on the issue of the relationship between education , the economy and more specifically the Public Policy Process of Recognition and Validation of Experiential Learning of Adults lifelong , an Educative / Formative perspective. These new teaching , practice resulting from the Recognition, Validation and Certification of Competences (RVCC) process encountered a period of very significant changes in the global dynamics of the Society . The various streams of knowledge from politicians and other social scientists , recognize the role of education in social progress , production and wealth creation , cohesion , social justice , equity ,

productivity and welfare . The role of education is indelibly linked to historical and economic environment of each context , and in this particular case, the actors who have not completed the Basic Compulsory Education ( 3rd cycle of basic education ) and aspired to a Diploma that they could allow access the mandatory basic skills required by the modern society , which were aggregated.

The emerging society is defined as the “ knowledge “ and promotes education / training as one of its main engines. Through the RVCC process , Actors sought their academic or professional certification in order to provide answers to their intrinsic and / or extrinsic meet the demands of the labor market and ambition of their personal motivations projects.

**Keywords:** Education / Adult Education , Motivation , Individuation , Social Representations ; Recognition Procedure, Certification and Validation of Skills .

## Introdução

(...) Confrontados, cada vez mais, com a incerteza que os tempos dos grandes destinos colectivos permitiam dissimular ou antever, os indivíduos são forçados a traçar, por sua própria conta e risco, os seus próprios destinos. Têm de ser capazes de identificar, no interior de jogos de força em constante recomposição, aquelas que lhes são favoráveis e as que lhes são desfavoráveis, e avaliar os níveis de confiança que lhes podem ser creditados (Balsa, 2006, p. 10).

Neste contexto marcado da pós-modernidade, o indivíduo é convidado a construir-se como pessoa-projeto na ideia de criatividade, empregabilidade e valoração, dada a economia do conhecimento e a escassez do trabalho (cf. D. Méda, 1995, Rifkin, 2000), assim como ideia de sociedade educativa e de *educação ao longo da vida*.

Desde a década de oitenta que o reconhecimento e validação das competências (saberes formais, profissionais e experienciais), com base jurídica e socioeconómica, deram lugar a um deslocamento do conceito de avaliação do processo ensino/aprendizagem em contexto de Educação/Formação de Adultos. Por outras palavras, as novas políticas públicas educativas relacionadas com a avaliação dos Adultos deixa de ser uma prática do domínio pedagógico e passa também a pertencer ao domínio socioeconómico, tornando-se mesmo uma questão social, por vezes mediática.

Nos finais da década de noventa o *Estado Regulador* (cf. Queiroz, 1995) começou a promover novas políticas educativas ligadas à ideia de *formação ao longo da vida* (cf. Magna Carta de 1998) dos Adultos. Na verdade, os desafios nos novos cenários de natureza socioeconómica (e.g. deslocalização das

empresas e dos deslocados/migrantes, períodos de emprego, sociedade de informação [ao papel da TIC] a economia de conhecimento e as novas competências exigidas pela economia de mercado da sociedade neoliberal), e de natureza educativa (a disfuncionalidade da escola, a inserção social dos indivíduos com pouca qualificação, em fragilidade e em exclusão social ...) têm efeitos a nível da relação Estado/Educação e Formação de Adultos. Como medida de valorização e de empregabilidade foram criados, com base jurídica e socioeconómica, dispositivos de formação de “segunda oportunidade” para a Formação de Adultos, numa lógica de *cultura de reconhecimento* (cf. Ardoino&Berger, 1998, Figari, Achouche, 2001). Assim sendo, os dispositivos de formação - Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) – implicam *a fortiori* novas formas e instrumentos de ação pedagógica, novos cenários na Educação e Formação de Adultos. Estamos longe das conceções positivistas da avaliação, visto que se procuram novos fundamentos epistemológicos e metodológicos. Por outras palavras, a avaliação passa a ser considerada atividade avaliativa – no sentido pluridimensional-processo-*cognitivo, representacional e comunicacional*-privilegiando a dimensão individual e social. (cf. Figari, 2001 b).

O Estado Regulador, através do Processo de RVCC, leva-nos a pensar a ideia de Educação para lá dos limites da Instituição Escolar, começa a integrar a ideia de *Experiência* (cf. Bourgeois&Nizet, 1997, Aubret, 2001, Josso, 2002).

Apresenta-se, no presente artigo, um programa de política social concebido (Programa Novas Oportunidades), no essencial, para organizar e dinamizar diferentes ações de avaliação e níveis de iniciativa que visam o desenvolvimento local em Portugal e, através dele, o combate à exclusão escolar e exclusão social. A conceção, a organização e aplicação das políticas sociais em Portugal, confrontam-se com vários dilemas que produzem, por vezes, efeitos de sentido e de ação contraditórios. Assim, ao mesmo tempo que nos interessa analisar aqui o Programa Novas Oportunidades, mais especificamente o Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), pretendemos igualmente perceber as circunstâncias em que ele se impõe, as forças e os interesses sociais e políticos entre os quais ele se desenvolve e os sentidos da ação política e social mais amplos que se concretizam através da sua aplicação. Deste modo, a atividade de avaliação que se propõe numa política pública para o Processo de RVCC é que ela passe a integrar, por exemplo, o *dossier/proposta* de: i) candidatura a uma formação (ex. profissional, académica) (cf. M. Fazard, S. Paivandi, 2000); ii) reconhecimento (ex. de saberes formais, informais ou de experienciais), como as Árvores do Conhecimento (cf. M. Authier e P. Lévy, 1991, P. Galvani, 1977); iii) regulação da relação oferta/procura da formação/competências sociais (cf. G. Figari *etal.*, 2001). O objeto de estudo da presente investigação centrou-se no modo de apropriação das diferentes lógicas de ação dos adultos, que optam pelos dispositivos do Processo de RVCC, implementados (a partir de 2004) na Região Autónoma da

Madeira (RAM). Assim, trata-se de perceber como é que os atores que abandonaram a escola, sem cumprir a Escolaridade Básica Obrigatória, regres- sam ao Sistema Educativo, que lhes propõe mecanismos de reconheci- mento e validação para certificação dos saberes formais e informais, no âmbito do paradigma de Educação/Formação ao Longo da Vida (ALV) ou adquiridos (aquis, em francês) experienciais (AE).

No caso português, numa primeira fase a Agência Nacional de Educa- ção e Formação de Adultos (ANEFA), através dos Centros de Reconheci- mento e Validação e Certificação de Competências (RVCC) e do Documento Orientador – Referencial de Competências-Chave - tinham como função dotar os adultos que não tinham completado a Escolaridade Básica Obrigatória (9ºano) de “uma última oportunidade”. (cf. M. Trigo *et al.*, 2002). Nesta perspectiva de reconhecimento, validação e certificação das competências, a ideia de avaliação em educação está intimamente associada à ideia de for- mação/construção e mesmo reconstrução do ator-sujeito. Para que o nos- so objetivo seja bem entendido, importa frisar que não nos interessa limitar a compreensão da presente proposta de política social relacionada com as Novas Oportunidades, no sentido que ela recebe no momento da sua conce- pção. Parece-nos, pelo contrário, mais profícuo considerar os diferentes sentidos que a política recebe, ao ser apropriada por lógicas de ação distin- tas por parte dos Coordenadores do Processo de RVCC pelas suas Equipas Técnico-pedagógicas, e pelos Atores que optam pelo mesmo Processo e ana- lisar como é que, à medida que essas políticas se enraízam nos sucessivos níveis de implementação, se concretizam. Embora a análise destes modos de enraizamento não constitua, aqui, o nosso objetivo central, parece-nos importante dessacralizar o momento da conceção das políticas, reforçado pela legitimidade e pela capacidade coerciva dos aparelhos de Estado. No sentido contrário, parece-nos, igualmente, que a plasticidade que atribuí- mos aos modos de apropriação por parte dos Atores do Processo de RVCC deve ser indexada pela possibilidade de apropriação deixada aos diferentes níveis e Equipas Técnico-pedagógicas intervenientes. Esta plasticidade está associada ao próprio domínio e tipo de política considerada, mas também, às configurações sociopolíticas nas quais o Processo de RVCC se produz e se desenvolve.

## **1 Cultura de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC): Contexto Português**

As Políticas Públicas Educativas/Formativas de Reconhecimento, Va- lidação e Certificação de Competências, embora perfeitamente motivadas, enquadradas e regulamentadas no espírito da Legislação do setor, fazem parte de uma geração de políticas, designadas de “ativas”, na medida em que retiram uma parte substancial do seu sucesso da implicação e comprometimento das populações alvo, e ainda, em que este comprometimento exige, da parte dos dispositivos de intervenção, respostas inovadoras, que

se enquadram num sistema, cujos elementos constituintes – entre as motivações a fixação dos objetivos e os meios – se desenvolvem num contexto de plasticidade de ação (a ação faz-se fazendo).

Uma política global de *aprendizagem ao longo da vida* exige uma (re)configuração do conjunto da oferta educativa, de forma a maximizar a continuidade e sinergia entre as oportunidades de aprendizagem que ocorrem em diferentes momentos, contextos, sistemas e dimensões (Melo et al, 2002). Assim segundo Melo (*ibid.* p. 79) “...os adultos poderão construir percursos educativos coerentes que se desenvolvam efectivamente ao longo da vida (“lifelong”) e nas diferentes situações da vida quotidiana (“lifewide”)”.

O Plano Nacional de Emprego (PNE) atribuiu à Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) (1998) a missão de:

i) Organizar um sistema de RVCC de adultos com mais de 18 anos que não tenham concluído o 9º ano de escolaridade e ao nível de 12 ano a partir de 2002-2003;

ii) Organizar uma Unidade de Produção de Materiais;

iii) Institucionalizar o Programa S@ber+;

iv) Articular os dispositivos de Ensino, Formação e Reconhecimento dos processos informais de aprendizagem;

v) Desenvolver *e-learning* novas metodologias;

vi) Promover campanhas de mobilização social, através dos *média*. Neste sentido são criados os Centros de RVCC com as seguintes atribuições:

1) *Atividades organizacionais* (que se traduzem na realização de ações de divulgação/informação do Plano Estratégico [PEI] conducentes ao RVCC [ex. acompanhamento dos Atores do Processo de RVCC, reconhecimento de competências, formação/formações complementares – mobilização de recursos dos Centros – para os Atores do Processo de RVCC, validação e certificação das competências/carteira profissional/Diploma]);

2) *Atividades estruturantes*, que vão desde o diagnóstico/inventário do mapa local das competências, dos dispositivos existentes e tipo de população alvo em termos socioeconómicos e culturais, estabelecer redes e parceiros locais, à divulgação e informação dos diversos Centros e Processo de RVCC.

Por sua vez as atividades *organizacionais* giram em torno de três eixos principais: i) *Eixo de Reconhecimento*; ii) *Eixo de Validação*; e iii) *Eixo de Certificação de Competências*.

O *Eixo de Reconhecimento de Competências* consiste na identificação de competências adquiridas ao longo da vida e em todos os contextos de vida.



O *Eixo de Validação de Competências* é realizado perante um *Júri de Validação* e consubstancia-se na apreciação das competências evidenciadas pelo adulto face às áreas de competências – chave estabelecidas no *Referencial de Competências – Chave de Educação e Formação de Adultos*.

O *Eixo de Certificação* é um processo administrativo que confirma as competências adquiridas ao longo da vida e constitui o ato oficial do registo de competências.

O Processo de RVCC é desenvolvido com o acompanhamento de uma Equipa Técnico – pedagógica (profissionais de RVCC e formadores das áreas de competências -chave) e com base num referencial de competências - chave de educação e formação de adultos de nível básico, que abrange quatro áreas de competências – chave, sendo estas: i) *Linguagem e Comunicação (LC)*; ii) *Cidadania e Empregabilidade; (CE)*; iii) *Matemática para a Vida (MT)* e iv) *Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)*.

A constituição da Equipa *Técnico-pedagógica* dos Centros da Novas Oportunidades é formada por: Diretores, Coordenadores, Profissionais de Reconhecimento e Validação de Competências, Formadores e Assistentes Administrativos.

O apoio e acompanhamento Técnico – *pedagógico* avaliam todo o respetivo processo de cada adulto e dá prioridade nomeadamente: i) À valorização da história de vida do adulto; ii) Ao incentivo e à motivação dos adultos para atingir os seus objetivos e retomar os seus projetos de vida e iii) À consciencialização dos saberes adquiridos.

A implementação e difusão de sistemas de reconhecimento e validação têm vindo a constituir-se como uma tendência relevante ao nível dos sistemas educativos europeus, têm feito parte da agenda política educativa europeia (nomeadamente traduzida nas comunicações da Comissão Europeia [2001, 2004], nas Declarações de Bolonha e de Copenhaga, etc.), no quadro de um paradigma de *Educação/ Formação ao Longo da Vida*. Os Centros Novas Oportunidades foram criados, segundo as diretrizes da Agência Nacional para a Qualificação.

O Processo de *Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)* é uma realidade não só de cariz educativo e formativo, mas também socio-económico, em crescimento exponencial na Região Autónoma da Madeira (RAM) a partir de 2004. A Escola, ocupando um grande protagonismo na sociedade (nos *média*, nas famílias, nos empresários...) procura soluções para superar a crise no que diz respeito: i) Ao desencanto, falta de interesse e de sentido das aprendizagens escolares; ii) Às elevadas percentagens de abandonos e insucesso; iii) Aos conteúdos curriculares desajustados às exigências do mundo do trabalho; iv) À perda de autoridade do professor, de respeito pelo saber; v) À exclusão escolar e *ipso facto* à exclusão social.

Ora, as medidas de remediação passam pelas várias Políticas Educativas, por exemplo: i) A criação de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) (cf. Canário et ali., 2001); ii) A criação de dispositivos de acompanhamento escolar (cf. Glasman, D., 2001, Lajes, A., 2003, Canário, 2003) para designar a oferta/procura de atividades curriculares e extracurriculares, quer públicas quer privadas, dirigidas aos alunos com dificuldades (escolares ou relacionais) ou mesmo o insucesso perante a falta de sentido do trabalho escolar ou *Ofício de Aluno* (cf. Equipa Escol, Paris8). Perrenoud, Ph.,1994); iii) A criação de programas como o *Escolhas* (fase do *Escolhas III*) com Fundos Comunitários); v) A criação do programa *Reconhecimento, Validação Certificação das Competências* (RVCC) que já é extensivo ao Ensino Secundário – *Programa das Novas Oportunidades*.

Como resposta educativa e formativa da população adulta, cada vez mais heterogénea e exigente, dá-se a continuidade ao *processo Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências* (o Processo de Reconhecimento, Validação, Certificação de Competências (RVCC) é criado pela Portaria n° 1082/01, de 5 de Setembro, retificada pela Presidência do Conselho de Ministros, na Declaração de Rectificação n° 20-BD/2001, de 10 de Novembro, pela Portaria n° 286/2002, de 15 de Março, alterada pela Portaria n° 86/2007, de 12 de Janeiro, no qual é ainda Aprovado o Regulamento do processo de acreditação das entidades promotoras dos Centros Novas Oportunidades (CNO), como uma nova modalidade educativa/formativa, introduzindo ajustamentos diversificados e experimentando novos modelos pedagógicos e organizativos nos *Centros Novas Oportunidades* (CNO) na Região Autónoma da Madeira (RAM).

### **1.1 Dinâmica de impacto das medidas Políticas Públicas Regionais cofinanciadas pelos fundos estruturais**

Segundo o *Programa Rumos* a contribuição dos Fundos Comunitários para o desenvolvimento Regional constitui um adquirido evidente na trajetória da Madeira nas últimas duas décadas. Procura-se desenhar uma situação de partida enquanto reflexo de uma trajetória da produção de resultados de políticas públicas regionais cofinanciadas, mas que procura evidenciar também uma situação de amadurecimento da região, para se adequar a uma nova filosofia de mobilização dos fundos estruturais. Destaca ainda o referido *Programa* que a estratégia e prioridades de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira para o período 2007-2013 encontram-se definidas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) e têm naturalmente em conta as Orientações Estratégicas da Comunidade para a Coesão e as orientações do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

A Região Autónoma da Madeira assume o desígnio estratégico de, no horizonte 2013, manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a proteção do ambiente, a coesão



social e o desenvolvimento territorial. Este desígnio estratégico, que será concretizado com o apoio das adequadas políticas públicas de âmbito regional e sub-regional e dos necessários e justificados instrumentos comunitários da política de coesão, de desenvolvimento rural e das pescas, fundamenta-se no conhecimento da situação económica e social da região, na avaliação das suas potencialidades e oportunidades (tendo em conta as respetivas ameaças e riscos) e, bem assim, nos ensinamentos recolhidos da aplicação dos instrumentos de programação concretizados – particularmente os explicitados na avaliação intercalar do POPRAM: 2000-2006.

## **2 Um Estudo de Caso do Processo de RVCC: Análise dos Portefólios Reflexivos de Aprendizagem (PRA)**

Como acima referimos, o Processo de RVCC como prática social vem questionar a avaliação no sentido clássico – como produto, resultado final. Ora, no domínio do Processo de RVCC a atividade avaliativa é sobretudo um processo a percorrer- que integra a dimensão *representacional* (pessoal e social), *compreensiva*, *personalizada*, *comunicativa/discursiva* e *hermenêutica*. Um *sistema de provas* no sentido de Martuccelli (*ibid.*) é analisado nos *Portefólios Reflexivos de Aprendizagens (PRA)*.

Para delimitar *as provas*, a análise aborda um número de situações e elementos heterogéneos, encontrando a boa escala e os bons fatores sobre os quais centra-se o estudo. Para Martuccelli (*ibid.*) mesmo sendo possível identificar uma grande diversidade de mecanismos institucionais e registos analíticos possíveis, o estudo deve (para ser operacional), restringir-se ao estudo de um número limitado de processos, considerados particularmente significativos no ponto de vista de uma realidade histórica e social concreta.

Para as sociedades industriais capitalistas contemporâneas, dois grandes eixos são particularmente decisivos, cujo encontro define o sistema padronizado de *provas específicas* do processo atual de *individuação*. Em primeiro lugar, os principais domínios da vida segundo Martuccelli (*ibid.*) é podermos identificar sobretudo quatro domínios em todo o percurso individual: i) Experiência escolar; ii) A relação com o trabalho e situação de emprego; iii) Relação ao espaço e à mobilidade e iv) Vida familiar. Em segundo lugar, as *dimensões do laço social* presentes também em toda a existência pessoal: a relação à história, aos coletivos, aos outros e a si próprio. Estes dois eixos cruzam-se constantemente ao longo do desenvolvimento de uma vida, tendo modos de inscrição muito diferentes: os primeiros são globalmente mais formais que os segundos, porque mais frequentemente formados por instituições. Estes domínios e dimensões não são nem pretendem ser exaustivos. A questão não está em conseguir um estudo global do indivíduo, mas de destacar, num registo que mistura grandes dimensões históricas e considerações de posição, as principais provas com as quais são confrontadas de maneira diferenciada os atores em cada um dos eixos considerados.

## Considerações Finais

A emergência do Processo de RVCC na dinâmica das relações socioeconômicas, políticas e educativas está ligada à cultura do reconhecimento de saberes, através da valorização da pessoa/sujeito/ator como efeito da sociedade de aprendizagem e da expansão das oportunidades educativas, contribuindo deste modo para a educação e a economia no desenvolvimento da RAM.

No estado atual, a certificação e validação das competências privilegia um sistema de *provas* que se inscrevem nas *Histórias de Vida* de cada ator que fazem a opção pelo Processo de RVCC. Sempre que se trate das *Histórias de Vida* – como objeto- parece importante o recurso à hermenêutica como instrumento facilitador da cripoleitura das narrativas.

Apresentamos, um *estudo de caso* com a análise parcial de vinte *Portefólios Reflexivos de Aprendizagens*, colocando a ênfase na problemática no *sistema de provas* no sentido de Martuccelli (*ibid.*) A generalização da prova escolar, como forma de tensão entre a seleção e a avaliação institucional de si, introduz uma evolução considerável no processo de fabricação dos indivíduos. A novidade não reside na ausência de um pacto entre gerações, ou seja, numa sociedade que não sabe que parte da sua herança transmitir. Martuccelli (*ibid.*) nos seus Pressupostos Teóricos alusivos à *Indivíduoação*, em relação às mudanças estruturais argumenta que a mudança deve-se por um lado à maneira como a sociedade estabelece a sua relação às normas e por outro lado a rutura de um modelo substantivo do sujeito. Os dois pontos são importantes e diferentes mas durante muito tempo era tido por certo que havia uma articulação, mais ou menos conseguida e acabada, entre a ordem da moral e a da ética. A formação do caráter dos indivíduos entrou numa nova fase no período da Modernidade.

É certo que não existe ainda um conceito de Educação/Formação de Adultos suficientemente estabilizado nem uma teoria consolidada na totalidade. Porém, os estudos científicos que, nas últimas décadas, têm vindo a ser desenvolvidos, indicam que estamos perante um campo temático que não tem parado de adquirir consistência teórica e que é fundamental a continuação do desenvolvimento e produção científica na extensão da Educação e Formação de Adultos, dado que sendo a educação fonte de riqueza pelas qualificações e oportunidades que produz, esta riqueza constitui-se como indispensável ao seu próprio desenvolvimento, distribuição e consumo justo de acordo com as necessidades de cada território. Ao longo do tempo o mercado mudou. Com o processo de globalização e a expansão das atividades comerciais e financeiras dá-se a mudança na economia e a necessidade do investimento no capital humano, o processo de RVCC foi um marco em Portugal dessa transformação histórica, econômica e cultural do país.

## Referências

ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos), 2002, Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – Roteiro Estruturante, Ministério do Trabalho e Solidariedade e Ministério da Educação.

ANTIKAINEM, A., HOUTSONEM, J., KAUPPILA, J., HUOTELIN, H., 1996, *Living in a Learning Society*, col. “Knowledge, Identity and School Life Stories, Falmer Press. ARDOINO, M., BERGER, G., 1998, D’une Evaluation en Miettes à une Evaluation en Actes, MatriceAndsha.

ARDOINO (M. BERGER (G.)), 1998, D’une Evaluation en Miettes à une Evaluation en Actes, MatriceAndsha.

AUBRET, J. *Validation des Acquis: le Cas de l’Université* in G. Figari, M. Achouche, *L’Activité Evaluative Réinterrogée – Regards Scolaires et Socio-Professionnels*, 2001, pp. 281-287.

AUTHIER, M., LEVY (P.), 1998, *As Árvores do Conhecimento*, Instituto Piaget (ed. Fr. 1996).

BALSA, Casimiro, SIMÕES, José Alberto, CARMO, Renato do CAMPOS, Ricardo, (2001), *O Perfil dos Estudantes do Ensino Superior – Desigualdades e Diferenciação*, Edições Colibri e CEOS- Investigações Sociológicas, Lisboa, 2001.

BALSA, C., (2006), *Confiança e Laço Social*, Edições Colibri.

BALSA, C., (Org.de), 2006, *Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social Uma abordagem Transnacional*, CEOS, Lisboa.

BARBIER, J., 1996, *Elaboração de Projectos de Acção e Planificação*, Porto Editora. (ed. Fr. 1991).

BOUTINET, J. -P., 1999, *Antropologia do Projecto*, Instituto Piaget (ed. Fr. 1998).

BOURGEOIS, E., NIZET, E., 1997, *Apprentissage et Formation des Adultes*, PUF.

CANÁRIO, R., ALVES, N., ROLO, C., 2001, *Escola e Exclusão Social*, Educa.

CANÁRIO, R., CABRITO, B., 2005, *Educação e Formação de Adultos –*

*Mutações e Convergências*, Educa.

CAVACO, C., 2009, *Adultos pouco escolarizados. Políticas e práticas de formação*. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação.

DUBET, F., 1994, *Sociologia da Experiência*, Éditions du Seuil.

DUBET, F. e MARTUCCELLI, D., (1996), *À l'École: Sociologie de l'Épreuve Scolaire*, Paris, Seuil.

DUCROT, O., 1984, *Le Dire et le Dit*, Ed. Minuit.

FAZARD, M., PAIVANDI, S., 2000, *Reconnaissance et Validation des Acquis en Formation*, Anthropos.

FIGARI, G., "Us et Abus de la Notion de Référentiel" in G. Figari, M. Achouche, *L'Activité Evaluative Réinterrogée – Regards Scolaires et Socio-professionnels*, 2001, pp. 310-314.

FIGARI, G., ACHOUCHE (M.), 2001, *L'Activité Evaluative Réinterrogée – Regards Scolaires et Socio – professionnels*, De Boeck Université.

FUKAYAMA, F., 1992, *La Fin de l'Histoire et le Dernier Homme*, Flamarion.

GALVANI, P., 1997, *Quête de Sens et Formation. Anthropologie du Blasonnet de l'Autoformation*, Harmattan.

GIDDENS, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

GIDDENS, A., 1989, *A Constituição da Sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.

GIDDENS, A., (1990, 2004), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.

GIDDENS, A., 2008, *Sociologia*, Lisboa, Calouste Gulbenkian.

GLASMAM, D., 2001, *L'Accompagnement Scolaire: Sociologie d'une Marge de l'École*, Paris, Puf.

JODELET, D. (org.). *Les représentations Sociales. Paris: Press Universitary de France, 1989.*

JOSSO, M. -C., 2002, *Experiências de Vida e Formação*, Educa.

PEREIRA, M. M. V. T. O processo de reconhecimento, validação e certificação de competências...

KOUABENAN, R.D., “Les Pratiques de Bilan de Compétences: Une Nouvelle Forme d’Evaluation dans l’Organisation”, in G. Figari, M. Achouche, L’Activité Évaluative Réinterrogée- Regards Scolaires et Socio-professionnels, 2001, pp 300.

LEGRAND, J.1., PINAU, G., “Educativo: A Formação de Professores”, Actas do III Colóquio de l’AIPELF/AFIRSE, Avaliação em Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 1992, pp. 233-253. 1993, Histories de Vie, Media Edition.

LAJES, M.A.A., “A Avaliação e o Sistema

LAJES, M.A., “Os Sistemas Educativos e as Doutrinas Neoliberais : a Educação como um Bem e um Serviço” in *Actas do XIII Colóquio da AFIRSE*, Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação de Lisboa, 2003a, pp. 526-533.

LAJES, M.A., “ Das Indústrias Culturais/Mercado Cultural às Indústrias da Educação/Mercado da Educação: Um Novo Domínio de Pesquisa em Educação” in *Actas do II Congresso Internacional do Fórum da Administração Educacional*, 2003b, pp.345- 354.

LAJES, M.A., “ Contribuição da Teoria das Representações Sociais para a Formação dos Professores”, in *Actas do XII Colóquio da AFIRSE*, 2005, pp. 351-360.

MARTUCCELLI, D., 2008, *Forgé par l’épreuve*, Armand Colin.

MEDA, D., 1995, *Le Travail une Valeur en Voie de Disparition*, Flammarion.

MOSCOVICI, S. 2003, *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes,

NÓVOA, A., *Histórias de Vida e Formação de Professores*, Educa.

OCDE, 1992, *Une Education et Une Formation de Qualité pour Tous*, OCDE.

PERRENOUD, Ph., 1994, *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*, Porto Editora (ed. fr. 1994).

PINEAU L., VASSILEFF, J., 1995, *Histories de Vie et Pédagogie du Projet*, Chronique Sociale (2<sup>a</sup> ed.).

PIRES, A.L. Oliveira, 2005, *Educação e Formação ao Longo da Vida: uma*

*Análise Crítica dos Sistemas e Dispositivos de Reconhecimento e Validação das Aprendizagens e Competências*, Fundação Calouste Gulbenkian.

QUEIROZ, J.M. de, 1995, *L'Ecole et ses Sociologues*, Nathan/ Université.

RUMOS – Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM.

VALA, J., Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano: *in Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p.459-502.